

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 17-11-2021.

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Laura Sito, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pedro Ruas e Psicóloga Tanise Sabino. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alberto Terres, Alvoni Medina, Baba Diba de Iyemonja, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Jessé Sangalli, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Ramiro Rosário, Reginete Bispo, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 504/21 (Processo nº 1148/21), de autoria de Alvoni Medina; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 503, 506 e 507/21 (Processos nºs 1141, 1154 e 1155/21, respectivamente), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Resolução nº 044/21 (Processo nº 0905/21), de autoria de Kaká D'Ávila; o Projeto de Resolução nº 065/21 (Processo nº 1139/21), de autoria de Karen Santos; o Projeto de Lei do Legislativo nº 379/21 (Processo nº 0889/21), de autoria de Leonel Radde; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 356, 508 e 509/21 (Processos nºs 0847, 1157 e 1158/21, respectivamente), de autoria de Márcio Bins Ely; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 429 e 510/21 (Processos nºs 1014 e 1159/21, respectivamente), de autoria de Mauro Zacher; o Projeto de Lei do Legislativo nº 370/21 (Processo nº 0872/21), de autoria de Pedro Ruas. Também, foi apregoado o Ofício nº 2797/21, do Prefeito, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 046/21 (Processo nº 1153/21). Durante a sessão, foram aprovadas as atas da Sexagésima Nona, Septuagésima, Septuagésima Primeira, Septuagésima Segunda, Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta, Septuagésima Quinta, Septuagésima Sexta, Septuagésima Sétima, Septuagésima Oitava, Septuagésima Nona, Octogésima e Octogésima Primeira Sessões Ordinárias e da Décima Quinta, Décima Sexta, Décima Sétima, Décima Oitava e Décima Nona Sessões Extraordinárias. Foi apregoado comunicado firmado por Felipe Camozzato, solicitando fosse tornada sem efeito sua licença para tratar de interesses particulares solicitada para o período do dia onze ao dia treze de novembro do corrente, cujo requerimento fora aprovado no dia dez de novembro do corrente. Foi apregoado requerimento de autoria de Mari Pimentel, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia dezesseis ao dia dezoito de novembro do corrente, tendo o Presidente informado que a Mesa Diretora concedera essa licença por um dia, nos termos do artigo 218, inciso VIII, combinado com o artigo 94, §§ 5º e 6º, do Regimento, e declarara empossada na vereança, em substituição, no dia dezesseis de novembro do corrente, Sâmila Monteiro, que integrara a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude;

também, foi aprovado esse requerimento de Mari Pimentel quanto aos dias dezessete e dezoito de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Sâmila Monteiro, informando-a que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Mari Pimentel, Vice-Líder da Bancada do NOVO, informando os impedimentos de Tiago José Albrecht e Juan Savedra em exercerem a vereança do dia dezesseis ao dia dezoito de novembro do corrente. Foi aprovado requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia dezessete ao dia dezenove de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Reginete Bispo, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Foram aprovados requerimentos de autoria de Jonas Reis e Aldacir Oliboni, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia dezessete ao dia dezenove de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossados na vereança, pelo mesmo período, após a entrega de seus diplomas e declarações públicas de bens, bem como a indicação de seus nomes parlamentares e a prestação do compromisso legal, Baba Diba de Iyemonja, em substituição a Jonas Reis, informando-o que integraria a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, e Alberto Terres, em substituição a Aldacir Oliboni, informando-o que integraria a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Aldacir Oliboni, Líder da Bancada do PT, informando os impedimentos de Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenez, Cris Medeiros, Paulo Adalberto Alves Ferreira e Bernardo Lucero de Carli em assumirem a vereança do dia dezessete ao dia dezenove de novembro do corrente. Foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia dezessete ao dia dezenove de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Divina Diva da Restinga, informando-a que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Claudio Janta, Líder da Bancada do SD, informando os impedimentos de Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira e João Ismael Fagundes Vieira em assumirem a vereança do dia dezessete ao dia dezenove de novembro do corrente. Na ocasião, Sâmila Monteiro, Baba Diba de Iyemonja, Alberto Terres e Divina Diva da Restinga pronunciaram-se nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Laura Sito e Bruna Rodrigues. Foi apregoado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando licença para tratamento de saúde do dia dezessete ao dia vinte de novembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança,

em substituição, pelo mesmo período, após a entrega de seu diploma e declaração pública de bens, bem como a indicação de seu nome parlamentar e a prestação do compromisso legal, Pai Ricardo d'Oxum, informando-o que integraria a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Na oportunidade, foi apregoada declaração firmada por Moisés Barboza, Líder da Bancada do PSDB, informando o impedimento de Conselheiro Marcelo e Helen dos Santos Machado Calleya em assumirem a vereança do dia dezessete ao dia vinte de novembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Pai Ricardo d'Oxum. Às quinze horas e dezenove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em discussão geral e votação nominal, foi rejeitado, em sua parte vetada, o Projeto de Lei do Legislativo nº 145/21 (Processo nº 0377/21), por NOVE VOTOS SIM e VINTE E DOIS VOTOS NÃO, considerando-se mantido o veto parcial oposto, tendo votado sim Alberto Terres, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Laura Sito, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino e Sâmila Monteiro. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 087/21 (Processo nº 0261/21), após ser discutido por Pedro Ruas, Reginete Bispo e Daiana Santos. Em discussão geral e votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 146/21 (Processo nº 0378/21). Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/21 (Processo nº 0696/21). Foram aprovadas a Mensagem Retificativa nº 01 e a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/21. Foi rejeitada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/21, por ONZE VOTOS SIM e VINTE E TRÊS VOTOS NÃO, tendo votado sim Alberto Terres, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Sâmila Monteiro. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 014/21, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM e NOVE VOTOS NÃO, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Sâmila Monteiro e votado não Alberto Terres, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto

Robaina. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em votação, foi aprovado o Requerimento nº 273/21 (Processo nº 1156/21), após ser encaminhado à votação por Alexandre Bobadra. A seguir, foi constatada a existência de quórum deliberativo, em verificação solicitada por Idenir Cecchim. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 088/21 (Processo nº 0262/21), por TRINTA E DOIS VOTOS SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 254/21 (Processo nº 0639/21), por TRINTA E DOIS VOTOS SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Alberto Terres, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 295/21 (Processo nº 0720/21), por TRINTA E TRÊS VOTOS SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Alberto Terres, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro. Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 255/21 (Processo nº 0640/21), por TRINTA E TRÊS VOTOS SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Alberto Terres, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pai Ricardo d'Oxum, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Gilson Padeiro, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foi aprovado requerimento de autoria de Divina Diva da Restinga, solicitando o adiamento, por duas sessões, da discussão do Projeto de Lei Complementar do

Legislativo nº 009/15 (Processo nº 0248/15). Em discussão geral e votação nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 322/21 (Processo nº 0785/21), por VINTE E SETE VOTOS SIM, TRÊS VOTOS NÃO e TRÊS ABSTENÇÕES, após ser encaminhado à votação por Gilson Padeiro, Mônica Leal, Pedro Ruas, Idenir Cecchim e Reginete Bispo, tendo votado sim Aírto Ferronato, Alberto Terres, Alexandre Bobadra, Alvoní Medina, Baba Diba de Iyemonja, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Daiana Santos, Divina Diva da Restinga, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Márcio Bins Ely, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Pai Ricardo d'Oxum, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Sâmila Monteiro, votado não Lourdes Sprenger, Mauro Zacher e Mônica Leal e optado pela abstenção Cassiá Carpes, Psicóloga Tanise Sabino e Reginete Bispo. Às dezessete horas e vinte e seis minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Laura Sito, Márcio Bins Ely, Idenir Cecchim e Mônica Leal. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Dezoito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo comunicado firmado pelo Ver. Felipe Camozzato, por meio do qual solicitou que fosse tornada sem efeito a Licença para Tratar de Interesses Particulares de Sua Excelência, solicitada para o período de 11 a 13 de novembro de 2021, cujo requerimento foi aprovado em 10 de novembro de 2021.

Comunico que, no dia 16 de novembro de 2021, a Mesa Diretora concedeu, por um dia, nos termos do art. 218, VIII, C/C o art. 94, §§ 5º e 6º do Regimento, Licença para Tratar de Interesse Particular à Ver.^a Mari Pimentel, sendo o período integral requerido de 16 a 18 de novembro.

Comunico que, no dia 16 de novembro de 2021, às 9h42min, no Gabinete da Presidência, a suplente Sâmila Monteiro foi empossada na vereança, que integrará a Comissão de Educação Esporte e Juventude – CECE.

Apregoo o Memorando nº 060/21, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 18 de novembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Memorando nº 060/21, de autoria da Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares da Ver.^a Mari Pimentel no período de 16 a 18 de novembro, declaro empossada a Ver.^a Sâmila Monteiro, em razão da impossibilidade de os suplentes Tiago José Albrecht e Juan Savedra assumirem a vereança, nos termos regimentais, pelo mesmo período, que integrará a Comissão de Educação Esporte e Juventude – CECE. Passo às mãos da vereadora uma cópia do Regimento Interno e um anexo ao código de Ética Parlamentar.

Registro a presença de Araba Awo Ilobu do Estado de Oxum, e de Babalawo Ifaniki Alade Ojo, ambos da Nigéria. Obrigado pela presença.

A Ver.^a Sâmila Monteiro está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADORA SÂMILA MONTEIRO (NOVO): Presidente Márcio Bins Ely, Mesa Diretora, vereadores, vereadoras, equipes que compõem a assistência; meus cumprimentos aos meus pais, Luciane e Giovane. Agradeço em especial ao Deus Trino pela vida de cada porto-alegrense. É verdade que temos enfrentado tempos difíceis enquanto indivíduos, por isso não posso deixar de manifestar aqui o meu pesar por todos aqueles que tiveram de lidar com a dor da perda nesses últimos tempos. Sou Sâmila Monteiro, tenho 25 anos, sou liberal e resido no bairro Restinga, que é constituído por um povo honesto e trabalhador em sua grande maioria. Agradeço à bancada do NOVO, na Câmara, por estar como vereadora em uma legislatura importante para Porto Alegre numa semana especial, e eu vou explicar os motivos. Em 2020, firmei compromissos de campanha que consistiram na defesa de três pilares: liberdade para morar, liberdade para trabalhar, liberdade para empreender. É por isso que reservei este momento para explicar aos meus 2.251 eleitores e aos demais cidadãos o que vem sendo feito dentro do que denominei de LibertaPOA. Em liberdade para trabalhar e empreender, nós tivemos um decreto que regulamentou a lei de liberdade econômica, a desestatização da Carris, a extinção da taxa de fiscalização, localização e funcionamento, o programa de recuperação fiscal RecuperaPOA e o programa de fomento e inovação em tecnologia no Município de Porto Alegre, o Creative. Já em liberdade para morar, contamos com o Plano Diretor do Centro Histórico e a criação da secretaria de regularização fundiária, que tem por objetivo trazer o protagonismo para a pauta, garantindo ao cidadão o direito à propriedade, que diz respeito não somente à moradia, mas também ao saneamento básico. Por que esta semana é especial? É porque nela nós comemoramos o Dia da Consciência Negra. Como negra, considero a data importantíssima, porque ela serve de estímulo para a autoestima do indivíduo negro, sequer enalteço aqui a figura controversa de Zumbi dos Palmares, mas, sim, de cada negro que merece se orgulhar por ser negro. Relembro que o negro não é figura subalterna, e nisso reside a importância da representatividade. Por isso, ao ver a bancada negra, guardada a divergência política de pensamento, fico muito contente: meus parabéns! Acontece que a representatividade de ideias é ainda mais importante, e nisso

até a Djamila Ribeiro há de concordar comigo. É por isso que recebi votos de negros, de brancos e de pessoas de todas as origens e crenças, meus eleitores são plurais. Uma vez plurais, o que temos em comum? A defesa das liberdades individuais, à propriedade, à vida, os bens, a defesa da liberdade de expressão e de crença. Acreditamos em um princípio antigo que consiste na limitação do poder do rei, hoje dito como limitação do próprio Estado. Para finalizar e como externalização das minhas convicções, eu e os meus colegas abrimos mão do fundo partidário e eleitoral, contando com o apoio de contribuições individuais. Mais uma vez demonstramos o poder das ideias e da coerência ao rejeitarmos essa verba, que é do pagador de impostos. Desde o início deste ano, tenho contribuído no mandato da Ver.^a Mari Pimentel e agradeço o aprendizado constante. Reitero o meu comprometimento com Porto Alegre e, como gaúcha e brasileira que sou, nesta Semana da Consciência Negra, o meu desejo é por um abolicionismo de mente e pela liberdade da escravidão ideológica seja ela qual for. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Sâmila Monteiro.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Memorando nº 061/21, de autoria do, Ver. Leonel Radde, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 19 de novembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação Memorando nº 061/21, de autoria do, Ver. Leonel Radde. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossada a suplente Reginete Bisbo, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça. Informo que a vereadora já prestou compromisso anteriormente. Passo às mãos da vereadora um exemplar compilado do Código de Ética e Regimento Interno da Casa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Memorando nº 062/21, de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 19 de novembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Memorando nº 062/21, de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoamos declaração firmada pelo Ver. Aldacir Oliboni, líder da bancada do PT, informando os impedimentos dos suplentes Marcelo Sgarbossa, Carlos Roberto

Comassetto, Adeli Sell, Everton de Moraes Gimenes, Cris Medeiros, Paulo Adalberto Alves Ferreira e Bernardo Lucero de Carli, para exercerem a vereança em substituição, no período citado. Informamos que se encontram presentes no plenário os suplentes Baba Diba de Iyemonja e Alberto Terres, que já procederam à entrega à Mesa dos seus Diplomas, de suas Declarações de Bens e suas indicações de nomes parlamentares.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Baba Diba de Iyemonja prestará a seguir.

SUPLENTE BABA DIBA DE IYEMONJA (PT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Baba Diba de Iyemonja. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Baba Diba de Iyemonja, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, CECE.

O Ver. Baba Diba de Iyemonja está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR BABA DIBA DE IYEMONJA: Eu quero iniciar saudando a minha ancestralidade, o meu pai Sango Agodo Bomi, minha Iya Otilha de Sango, que, aos 89 anos, foi vítima da covid-19, e a senhora de minha cabeça, minha mãe Iyemonja, Odoiya odo Xerere; quero saudar as autoridades civilizatórias de matriz africana presentes; quero saudar especialmente Aragba, sumo sacerdote do estado de Osun, Aboru, aboiye, abosisé. Infelizmente, ainda não posso tomar posse com a indumentária adequada que identifique o povo que represento por conta do Regimento desta Casa, mas tenho certeza de que, em nome da democracia, isso um dia mudará. Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Exmas. Sras. Vereadoras e Vereadores. Diriço-me a toda a população porto-alegrense, à comunidade negra e aos vivenciadores da tradição de matriz africana, em especial, a partir de milhares de comunidades tradicionais de terreiro em atividade na cidade de Porto Alegre. Quero cumprimentar todas, todos e todes. Gostaria de agradecer ao Partido dos Trabalhadores, aos companheiros, vereadores e vereadoras do PT por esse projeto que proporciona e reconhece a importância de um vereador suplente negro ou negra tomar posse no mês da consciência negra. Enquanto sanitarista de formação, dirigente nacional da Renafro Saúde, ativista do Sistema Único de Saúde, o nosso SUS público e gratuito, presidente do Conselho Estadual do Povo de Terreiro do Estado do Rio Grande do Sul, autoridade tradicional e religiosa do Ile Axe Iyemonja Omi Olodo, dizer que ficamos honrados com a oportunidade de assumir o mandato junto à Câmara Municipal de Vereadores em Porto Alegre em meio às atividades da comemoração do cinquentenário do 20 de novembro. Homenagear a morte de Zumbi que inaugurou um novo processo de resistência negra a todo tipo de opressão e discriminação racial no Brasil, um

contraponto na história oficial do colonizador que possibilitou uma mudança de posicionamento da população negra brasileira por existência digna, por justiça social e reparações já. Enquanto representante direto das bandeiras de lutas das comunidades tradicionais de terreiro, dedico este momento a nossa tarefa militante, muito mais do que ocupar um espaço individualmente, estamos aqui em nome de um projeto político coletivo, específico, sim; isolado, jamais, pois somos guarnecedores do meio ambiente essencial à vida de todos e todas, de uma visão integral de mundo. Buscamos a diversidade do Legislativo de Porto Alegre, assim como realmente é a sociedade, multicultural, com a contribuição de diferentes matrizes civilizatórias. Nesta legislatura, alcançamos a marca da importância de uma bancada negra, firme e comprometida. Fico feliz em acrescentar a esse feito o lugar de quem faz a defesa incondicional, marcado pelos símbolos que dão a identidade a quem vivencia e carrega o legado de uma tradição com seus ônus e bônus perante a história do Brasil agravado pelo racismo estrutural, pelo racismo religioso e um fascismo insurgente dos pampas gaúchos. Queria dizer que pleitear o Parlamento e outras instâncias do Poder Público significa para o povo de terreiro não um projeto de interesse privado de grupo religioso, na perspectiva de fatiar o estado brasileiro entre diferentes denominações religiosas, embora sejamos sabedores da defasagem histórica da presença do Estado, em consequência do conjunto de políticas públicas que para o nosso povo foi renegado, ou seja, o direito de desenvolvimento em condições iguais. O nosso projeto político tem, no seu centro de defesa, o Estado laico, sabendo que o Estado não é religioso e deve reconhecer o direito de todas as tradições sem assumir e sem se confundir com orientação religiosa de nenhuma delas. É justamente nesse sentido que lutamos contra a teocracia, contra o fundamentalismo que encontrou acolhida no fascismo brasileiro, buscando dar uma falsa sustentação moral ao ódio e à violência. Mas não vencerão, por diminuto que ainda sejamos, enquanto força política representativa. Somos resistência à a colonialidade do poder hegemônico pelos valores eurocêntricos. Se a nossa construção política se constitui de momentos fragmentados por essa cerimônia, hoje, aqui, nesta Casa Legislativa, poder tirar, mesmo que por alguns instantes, as comunidades tradicionais de terreiro da invisibilidade e da periferia social muito nos orgulha, e chegará um tempo em que a nossa imagem cultural enquanto povo, nos espaços públicos, será natural, legítima e permanente. Adupé, Adupé, Adupé, axé.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que suplente Alberto Terres prestará a seguir.

SR. ALBERTO TERRES (PT): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Alberto Terres. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Alberto Terres, V. Exa. integrará a Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM.

O Ver. Alberto Terres está com a palavra, nos termos do art. 12, § 8º do Regimento.

VEREADOR ALBERTO TERRES (PT): Boa tarde a todas e todos do plenário, quero cumprimentar o Presidente Márcio Bins Ely, meu amigo, também cumprimento todos os vereadores e vereadoras aqui presentes, minha companheira Maria Letícia que se encontra aqui, ex-coordenadora do Conselho Municipal; a Presidente do Partido dos Trabalhadores, Maria Celeste; meu companheiro de luta Carlini, representando a Central Única dos Trabalhadores; o nosso colega Mauro, da Associação dos Fiscais do Município, colega da área da Saúde e todos presentes. Eu sou municipalista e milito no Sindicato dos Municipais de Porto Alegre, na categoria municipalista, e também represento a Central Única dos Trabalhadores no Conselho Municipal de Saúde. Estar assumindo, nesta semana, na Semana da Consciência Negra, em um momento em que nós estamos homenageando os 50 anos do dia 20 de novembro, é uma honra para todas as pretas e todos os pretos, companheira, Luciana Congo, nossa companheira de sindicato. Quero dizer que, para nós, servidores públicos, sindicalistas, municipais, que lutamos diariamente pela implementação e fortalecimento das políticas públicas, como saúde, educação, assistência social, água, este é um momento importantíssimo, Ver. Matheus, porque é o momento de dialogarmos com a sociedade, enquanto negras e negros, A maioria dos negros e negras, Ver. Oliboni, hoje, precisa dessas políticas públicas fortes, para que seja atendida. Infelizmente, nós temos um projeto em curso, neste país, que quer acabar com as políticas públicas, e, ao acabar com as políticas públicas, retira direitos de todos aqueles que precisam ser atendidos no Sistema Único de Saúde, principalmente num momento de pandemia. Felizmente, nós temos o Sistema Único de Saúde como estruturante, para que a população possa ser atendida, neste momento de crise pandêmica. Mas, infelizmente, nós temos uma política para acabar com o Sistema Único de Saúde, não só com o SUS; em 2016, foi aprovada, no Congresso, a reforma trabalhista, com o objetivo de criar mais empregos. No entanto, nós temos hoje em torno de 19 milhões de desempregados e desalentados, logo depois da reforma da Previdência, aprovada com a justificativa, companheiro Carlini, de que existia um déficit na Previdência, e já foi provado, por uma CPI, no Congresso, que não existe déficit na Previdência, mas, sim, problema de gestão. Infelizmente aqui, em Porto Alegre, foi aprovado o projeto da reforma da Previdência que retira o direito dos trabalhadores e trabalhadoras. Logo depois, veio a EC nº 95 que congelou, por 20 anos, investimentos na saúde, na educação e na assistência social. E agora, nós temos, tramitando no Congresso, a reforma administrativa que coloca uma pá de cal nas políticas públicas, que acaba com os servidores públicos e fortalece uma parcela da sociedade, aquela que acumula a grande riqueza deste país. É nesses espaços, nos espaços dos movimentos sociais, nos sindicatos, nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias, em todos os espaços de

discussão da sociedade que nós temos que conversar, companheira Reginete, com cada um e com cada uma desses trabalhadores e trabalhadoras, avisando o que significa e orientando que precisamos nos mobilizar, porque não podemos aceitar que as pessoas sejam tolhidas no seu direito constitucional de acessar os serviços públicos deste país. Então é uma honra para nós, na Semana da Consciência Negra, estarmos aqui fazendo esse debate e essa defesa das políticas públicas. Um grande abraço a todos e a todas e boa luta!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Alberto Terres.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego o Memorando nº 064/21, de autoria do Ver. Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 17 a 19 de novembro de 2021.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Memorando nº 064/21, de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em razão da Licença para Tratar de Interesses Particulares do Ver. Cláudio Janta, no período de 17 a 19 de novembro de 2021, e em razão da impossibilidade de os suplentes Lisandro Zwiernik, Antonio Carlos Souza de Lima, Sandro Marcelo Besson, Ramalho Santos, Pedro Sergio Correa da Silva, Alex Buyu, Edson CT, Marcelo Felipe dos Santos Correa, Bernadete Senna, Marcio de Matos Barcelos, Paulo Schuster, Sezefredo da Silva Cordeiro, Marcelo Lira, Jean Pierre de Souza Pereira, Geovane Rodrigues, Sergio Roberto de Almeida, João Batista Rodrigues Reis, Eliane de Souza Dutra, Ernane Goulart da Silveira e João Ismael Fagundes Vieira assumirem a vereança, a suplente Divina Diva da Restinga assumirá a vereança.

Solicito a suplente Divina Diva da Restinga que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que a suplente Divina Diva da Restinga prestará a seguir.

SUPLENTE DIVINA DIVA DA RESTINGA: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal e exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossada A Ver.^a Divina Diva da Restinga. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Divina Diva da Restinga, V. Exa. integrará a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A Ver.^a Divina Diva da Restinga está com a palavra, nos termos do art.12 do Regimento.

VEREADORA DIVINA DIVA DA RESTINGA (SD): Boa tarde, Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, boa tarde a todos que aqui se encontram. Hoje, é um dia muito especial para mim, que venho de uma comunidade, onde cada dia é uma batalha, onde há trabalhadores com sonhos e expectativas a cada amanhecer. Quero agradecer a todos que depositaram confiança em mim. Lutarei pela igualdade racial, social e por mais educação. Vamos dar um basta! Eu quero sair à rua, poder ter o direito de ir e vir sem sofrer com olhares de desprezo ou de pena. Eu sou uma rainha com uma melanina irradiante e carrego comigo a coroa da esperança, dignidade, respeito. Represento, neste momento, todos vocês que passam por essas situações desagradáveis do preconceito racial. Mas quero dizer a vocês que levei oito anos para estar aqui e hoje eu cheguei; o desprezo me deu forças.

Num certo dia, uma amiga me relatou que precisava de um projeto, mas na época ela era analfabeta. Sutilmente, pediu ajuda a uma pessoa da seguinte forma: “seja minha caneta e a minha escrita; o resto eu farei”. Essa frase me marcou muito, e eu quero dizer a vocês que eu serei a caneta, a escrita e a representação de um povo que chora pela desigualdade, mas que ama a vida com intensidade por acreditar que juntos somos mais. Vamos dar início a um novo ciclo com mais amor e empatia ao ser humano. Minhas cicatrizes são minhas forças e vontade de viver, de lutar e mostrar o quanto a nossa história é linda para ser jogada e pisoteada.

Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, amigos presentes e minha família que aqui está, quero dizer a que quem não me conhece que esta é a Divina. Vocês ainda ouvirão falar muito em mim; estou só iniciando, hoje, a jornada longa que terei. Obrigada, Ver. Janta e Partido Solidariedade, por me acolherem e por acreditarem em mim; obrigada a todos os vereadores e vereadoras que estão na mesma luta e demandas.

Eu tenho uma frase do Barack Obama muito linda que, desde o dia que eu a ouvi, eu a também guardei: “ Vocês não precisam provar nada a ninguém, seus atos e comportamentos dirão quem vocês são”. Obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigada, Ver.^a Divina Diva da Restinga.

A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Boa tarde a todas as colegas vereadoras e os colegas vereadores, ao Presidente Márcio. Registro meu cumprimento especial a nossa presidenta do PT de Porto Alegre, Maria Celeste e aos nossos

vereadores licenciados – Ver. Aldacir Oliboni, Ver. Leonel Radde e Ver. Jonas Reis. Deixo, especialmente, um grande abraço aos meus companheiros de bancada que me orgulham muito por podermos estar com uma bancada 100% negra nesta semana, com o Alberto Terres, meu colega municipais, com o Baba Diba e com a minha grande amiga Reginete Bispo. É uma alegria nós podermos estar com a nossa bancada aqui.

É importante dizer que, neste 20 de novembro, nós comemoramos 50 anos dessa data, uma data que é alusiva à morte de Zumbi dos Palmares. Eu inicio falando isso, porque é fundamental que nós preservemos a nossa memória da nossa luta por vida e resistência neste País. É importante que se diga isso porque, dentro da história nacional, nós, infelizmente, não temos espaços para heróis negros. Infelizmente, os heróis nacionais negros são apagados da história, e por isso tentam imputar a Zumbi dos Palmares a ideia de ser um líder contraditório, a ideia de não reconhecimento da sua trajetória de luta. O que Zumbi representa para nós, para o nosso povo, não só para o nosso povo negro, mas para o nosso povo brasileiro, é a nossa luta contra a escravidão, a nossa luta por verdade, por justiça, por dignidade, por liberdade. É isso o que significa Zumbi dos Palmares, e é por isso que esta data é tão importante, não só para os negros brasileiros, mas para toda a sociedade.

Nós do PT, portanto, nos sentimos orgulhosos de podermos estar, nesta data, fortalecendo uma prática, que nós trouxemos para esta Casa, de conseguirmos garantir que, no novembro negro, nós tenhamos bancadas negras e, assim, fortalecendo uma agenda antirracista nesta cidade. A nossa ideia é que nós possamos dar voz àqueles e àqueles que o sistema político é incapaz de dar conta. É disso que nós falamos aqui: dar voz às maiorias da cidade que são os negros, que são as mulheres.

É importante que nós compreendamos isso num momento em que nós fazemos história e, pela primeira vez, temos uma bancada negra, eleita para esta Casa, com cinco jovens. Que nós possamos fortalecer uma agenda antirracista nesse ambiente, para isso é importante que possamos ter, neste 20 de novembro de 2021, tantos negros e negras assumindo a vereança nesta Casa, assim como tantos outros que perpassaram ao longo de 2021.

Em 240 anos de Câmara Municipal, esta é a primeira vez que nós temos uma bancada negra que nos oportuniza que tenhamos, pela primeira vez, uma mulher negra ocupando o espaço na Mesa Diretora desta Casa. Isso, ainda que nos orgulhe, representa o quanto que nós estamos apartados, de fato, dos espaços institucionais, dos espaços centrais de decisão; representa que nossa condição cidadã, que é o nosso direito de votar e de sermos votados – na sua maneira mais simples de dizer ou descrever o que é cidadania – não nos é garantida de fato, quem dirá um acesso pleno, igualitário, com equidade a direitos, serviços e acessos igualitários às riquezas deste País.

Nós estamos falando de um povo que construiu este País com suor, com sangue e que, ainda hoje, em mais de 500 anos de Brasil, tem sua cidadania precária, para o qual o Estado brasileiro, de fato, ainda não conseguiu responder à dívida histórica que tem com a maior parte da sua população, que é o povo negro. E falar isso em Porto Alegre é fundamental. Nossa cidade é, profundamente, segregada territorial e racialmente. A concentração negra está concentrada, em Porto Alegre, em um

contingente pequeno de cinco a oito bairros - são neles onde a população negra está – que apresentam uma profunda dissimilaridade socioeconômica e evidenciam a dimensão da segregação que nós temos na nossa capital, certamente, se não é a mais é uma das mais segregadas racialmente deste País. Por isso, a presença de negros e negras, nesta Casa Legislativa, possui um poder, muito grande, de conseguir suscitar debates de um todo da cidade e de conseguir pensar a sua perspectiva de desenvolvimento socioeconômico sobre um conjunto mais diversos de olhares e de perspectivas. Nossa presença aqui é a equalização de vozes daqueles que sentem, da maneira mais perversa, os impactos da crise econômica, do racismo estrutural e, também, da crise sanitária com a fome, com o desemprego, com os impactos da violência que impedem a sequência da vida entre tantos e tantas de nós. Portanto, a mensagem que nós queremos deixar é que a nossa presença, nesta semana, seja uma presença de abertura de portas, para que tantos outros e outras possam ter este espaço como, de fato, a Casa do Povo, representando, na sua plenitude, a representatividade real da nossa sociedade.

Para concluir: sabemos que os nossos caminhos são grandes, mas queremos que cada um de nós possa puxar outro; que ninguém fique para trás. Que nos abramos as portas e tragamos conosco a compreensão de que a luta antirracista não é uma luta dos negros na sociedade, mas, sim, a luta de toda a sociedade. Exatamente por isso, a disputa sobre o Estado, sobre o poder público, sobre os espaços institucionais é fundamental para construir uma igualdade com a superação do racismo e com a igualdade e dignidade da vida de todos e todas. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Gostaria de registrar que o nosso Memorial orienta, hoje, a visita dos alunos da Associação Beneficente Amurt-Amurtel – Centro da Juventude da Restinga–, que estão presentes no plenário da Câmara. As professoras responsáveis são Greice Adriana Neves Macedo e Adriana Zimmermann. Essa atividade faz parte do projeto de educação política que o Memorial desta Casa desenvolve com as escolas da cidade de Porto Alegre. Sejam bem-vindos. Obrigado.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde a todos e todas que, hoje, nós recebemos na Câmara de Vereadores; boa tarde Presidente que conduz os trabalhos; boa tarde a todos e a todas novos e novas colegas que hoje foram empossados pelos partidos. Eu queria fazer essa primeira saudação, presidente, neste dia, porque é muito importante, Ver.^a Reginete, para todos e todas nós. Eu queria fazer uma saudação aos partidos que entenderam a importância de fazer do parlamento um espaço de luta da população negra que é, sem dúvida nenhuma, a mais afetada pela desigualdade e pelo nosso histórico íntimo com a escravidão no Brasil. Afinal de

contas, como diz a Ver.^a Laura, são 240 anos de parlamento, e essa é a primeira vez que nós temos, Ver. Cecchim, uma bancada negra que compõe, de forma legítima, essa Casa, Ver. Baba Diba. É com muito orgulho que nós encaramos o desafio de fazer essa sociedade mais justa, igualitária, onde todos e todas tenham as mesmas oportunidades, que nós não sejamos definidos, Ver.^a Mônica, pela nossa cor da pele. Afinal de contas, uma sociedade que define o cidadão pela cor da pele é uma sociedade segregada, regradada de privilégios e que não garante a nenhum e nenhuma a dignidade plena, porque, enquanto uma parcela de nós tem os seus direitos retirados, nenhum de nós tem seus direitos plenos garantidos. Então, eu venho, hoje, fazer a utilização desta tribuna, no cinquentenário do 20 de Novembro, para fazer a saudação aos partidos e para dizer que é importante nós firmamos um pacto entre os partidos. É inadmissível que ainda, em 2020, nós tenhamos que fazer das eleições um campo de batalha, que nós tenhamos de fazer das instâncias partidárias, afinal de contas ... Eu não sou somente a líder do meu partido, mas também sou a presidenta do Partido Comunista do Brasil. Nós, hoje, temos ainda que fazer uma grande batalha interna, para que os partidos compreendam a importância de encarar, com seriedade, a pauta racial, porque, se nós formos olhar para a nossa cidade e se nós formos olhar para o orçamento, que é uma pauta da qual posso falar com muita tranquilidade, porque sou a relatora da LOA. Sou a presidenta da Comissão de Orçamento e tenho visto que, no orçamento, quando nós não estamos no orçamento, nós temos ali uma forma muito cruel de reafirmar esses preconceitos. Nós fizemos uma série de emendas ao PPA, nós fizemos uma série de emendas à LOA e nós seguimos, pois, ontem, eu recebi o Secretário de Segurança e falei de uma emenda que, para nós, é muito importante. Falei que nós precisamos garantir a formação da nossa segurança pública, a formação antirracista, a formação, presidente, que, como indicação, deveria ter os trabalhadores desta Casa, para que entendessem a pauta racial, para que compreendessem que o racismo estrutural viola todas as instituições, porque viola seus trabalhadores, quando são negros e negras, porque viola seus parlamentares, quando são negros e negras. É inadmissível que, neste tempo, essa ainda deva ser uma grande discussão, discutir o racismo institucional, o racismo estrutural, que faz com que, infelizmente, nós tenhamos aí uma sociedade que nos difere pela cor, pela raça. Isso é inadmissível. Então, hoje, é um dia importante para os partidos, é um dia importante para o parlamento, sejam todos muito bem-vindos; nós teremos uma grande sessão solene, na qual nós vamos ter a oportunidade de homenagear as lideranças negras desta cidade, na data que precisa ser muito comemorada, que precisa ser um momento importante não só para os vereadores e vereadoras negras desta Casa, mas também precisa ser um momento importante para todo o parlamento, para todo vereador e vereadora que entendem que nós precisamos lutar juntos por uma sociedade antirracista, por uma sociedade que não nos diferencie, mais uma vez, pela cor. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em razão da Licença para Tratamento de Saúde do Ver. Moisés Barboza no período de 17 a 20 de novembro de 2021, e em razão da impossibilidade de os suplentes Conselheiro Marcelo e Helen dos Santos Machado Calleya assumirem a vereança, o suplente Pai Ricardo d'Oxum assumirá a vereança. Solicito ao suplente Pai Ricardo d'Oxum que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito aos presentes que, em pé, ouçam o compromisso que o suplente Pai Ricardo d'Oxum prestará a seguir.

SUPLENTE PAI RICARDO D'OXUM (PSDB): "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro empossado o Ver. Pai Ricardo d'Oxum. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Pai Ricardo d'Oxum, V. Exa. integrará a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento – CEFOR. Seja bem-vindo, Vereador.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 69ª a 81ª Sessões Ordinárias e da 15ª a 19ª Sessões Extraordinárias (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Pai Ricardo d'Oxum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PAI RICARDO D'OXUM (PSDB): Boa tarde ao Presidente da Casa; boa tarde à minha bancada tucana, um cumprimento especial à bancada negra. Hoje, para mim, é um momento muito importante por estar na vereança nesta Casa justamente na Semana da Consciência Negra, uma semana muito emblemática para os

povos de matriz africana, o povo pelo qual eu luto, a sociedade pela qual luto. Também gostaria de ressaltar as 2.224 pessoas que acreditaram no meu trabalho e que fizeram, através do seu voto, com que estivesse presente aqui hoje, podendo representá-las

A minha luta é no sentido de que a Semana da Consciência Negra não seja baseada somente numa semana, que todo dia seja lembrada a consciência negra, que todo dia o negro seja lembrado pela sua história, pela sua origem, pela sua raiz, pela sua luta, pela sua determinação e pelo trabalho social, pelo trabalho que faz dentro do Brasil e em todo o mundo. Então, eu acho que através disso, que a gente possa inserir mais projetos sociais dentro das escolas, mais projetos dentro das nossas comunidades, principalmente na comunidade onde eu exerço o meu papel, há muitos anos - há 20 anos -, no bairro Passo das Pedras, no bairro Leopoldina, no bairro Rubem Berta. Esse é o meu papel aqui hoje e gostaria também de agradecer em especial ao Ver. Moisés Barboza, meu Presidente Municipal, por entender a importância de eu estar ocupando este espaço justamente na Semana da Consciência Negra. Acredito que devemos ter mais diálogos e mais inserção dessa pauta da consciência negra nessa luta contra o preconceito racial, contra a desigualdade social e também nessa semana emblemática, quando comemoramos 50 anos da consciência negra aqui no Rio grande do Sul, nessa semana emblemática em que também comemoramos Zumbi dos Palmares. Desde já, o meu muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum para passarmos à Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e dois Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB) – às 15h19min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0377/21 – VETO PARCIAL ao PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0145/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o caput do art. 31 da Lei n.º

11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, alterando para 12 (doze) anos a vida útil dos veículos utilizados para esse serviço. (SEI 034.00099/2021-59)

Pareceres:

- da **CEFOP**. Relator Ver. Idenir Cecchim: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Pablo Melo: pela manutenção do Veto Parcial;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alexandre Bobadra: pela manutenção do Veto Parcial.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 77, § 4º, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA.

Na apreciação do Veto, vota-se o Projeto:

SIM – aprova o Projeto, rejeita o Veto;

NÃO – rejeita o Projeto, aceita o Veto.

- trigésimo dia: 16-11-21 (Terça-feira).

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 145/21, com Veto Parcial. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 145/21, com Veto Parcial. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 09 votos **SIM** e 22 votos **NÃO**.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): REJEITADO o PLL nº 145/21. Mantido o Veto Parcial.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0261/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 087/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Laura Sito e do Ver. Matheus Gomes, que cria o Dossiê das Mulheres no âmbito do Município de Porto Alegre. (SEI 152.00060/2021-02)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Pedro Ruas: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 087/21. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, cumprimento, especialmente, as vereadoras e os vereadores que tomaram posse no dia de hoje; sejam muito bem-vindas, muito bem-vindos. Temos uma semana especial, um mês especial, a semana e o mês de novembro, dedicados à Consciência Negra, ao conhecimento da história, das lutas, do sofrimento do povo negro na nossa cidade. Na verdade, o estudo é muito mais abrangente, mas, particularmente, por ser iniciativa da Câmara Municipal, em Porto Alegre, isso importa Mais. Neste sentido, esse projeto – cuja autoras eu cumprimento as autoras, é, basicamente, da bancada negra. Essa bancada suprapartidária que nos dá tanto orgulho, Ver.^a Daiana, Ver.^a Laura Sito, Ver.^a Karen Santos, Ver. Matheus Gomes, Baba Diba, enfim todos os vereadoras e vereadores que tomaram posse no de hoje. Para nós, é indispensável que haja aprovação desse projeto. Número 1, ele não traz qualquer custo ao erário, nenhum, Shin, meu camarada; número 2, nós não temos os dados da violência aqui. Como é que nós vamos combater o que nós não conhecemos ou conhecemos sem dados oficiais, estatísticos, importantes, sem os dados da realidade? Para combater algo brutal como a violência, a violência épica, a violência racial, a violência de gênero, a violência, seja de que forma for, precisa de dados, informações, as maneiras pelas quais ele acontece brutal e impunemente. E este projeto prevê, exatamente, a criação desse dossiê das mulheres, para que nós - e eu digo nós, a sociedade, como um todo - tenhamos condições de examinar. Afinal o que acontece e por que acontece? Quem deixa acontecer? Quem incentiva que isso ocorra? Esses dados são fundamentais! Não existe combate eficaz a qualquer forma de violência ou a qualquer malefício social que não conheça, profundamente, como ela acontece, como ela existe, como ela se dar no dia a dia e quem são os responsáveis pela sua ocorrência e pela sua não punição. A impunidade, ela é um dos frutos diretos para o desconhecimento, Ver. Matheus Gomes. E este projeto, do qual V. Exa. também é autor, é extremamente importante, porque ele nos dá exatamente isso: a informação correta, adequada, nos mostra a realidade. Por isso, Presidente, sem usar todo o tempo, eu queria apenas registrar a importância da aprovação desse projeto, se possível, até por unanimidade, porque mostra que nós

queremos conhecer o porquê da violência, como ela acontece, como poderia não ocorrer e quem são os responsáveis pela ausência de punição. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir o PLL nº 087/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Inicialmente, quero saudar meus colegas vereadores, minhas colegas vereadoras; quero dar uma saudação muito especial para os vereadores negros e vereadoras negras que assumiram, no dia de hoje, em alusão à Semana da Consciência Negra, que para nós é símbolo de luta e resistência contra a escravidão, o racismo e a dominação. Quero aqui, antes de iniciar a minha fala, saudar, na pessoa do Baba Diba de Iyemonja, todas as autoridades civilizatórias de matriz africana presentes que, para nós, também, são símbolos de resistência. Nós sabemos que as autoridades civilizatórias de matriz africana são guardiãs da nossa tradição, língua e da nossa cultura; não é Pai Ricardo de Oxum? E quero, também, saudar a bancada do Partido dos Trabalhadores, presidida hoje pela nossa companheira Laura Sito, e saudar os Vereadores Terres e Baba Diba que assumiram junto comigo, no dia de hoje. Eu me inscrevi para saudar, primeiro, os Ver. Matheus, Bruna, Laura Sito, Karen, que apresentaram o projeto de lei que propõe que o município de Porto Alegre tenha um dossiê sobre a violência de que são acometidas as mulheres e as meninas da nossa cidade. É importante que este projeto seja aprovado por esta Casa, porque, no último período, antes da pandemia, mas agravado pela pandemia, nós sabemos que as maiores vítimas da violência – violência física, violência psicológica e violência financeira – são as mulheres, especialmente as mulheres negras. A gente tem clamado por políticas públicas que atendam a isso, sobretudo neste momento em que sabemos que a milhares e milhares de famílias faltam alimentos na mesa e essas famílias são chefiadas por mulheres, isso é violência. Então nós queremos saber em que condições vivem essas mulheres. Nós sabemos também que, na nossa cidade e no nosso Estado, a violência contra as mulheres aumentou de forma assustadora, os feminicídios, e, se nós clamamos por políticas públicas, nós queremos saber como essas políticas públicas precisam ser implementadas e para quem precisam ser implementadas. Na minha opinião, são as mulheres periféricas, são as mulheres negras e as meninas as maiores vítimas da ausência dessas políticas públicas.

Quero saudar o vereador e as vereadoras por esta iniciativa, porque sem diagnóstico não há política pública. Um dossiê permanente de levantamento de dados, de informações é necessário, para que implementemos políticas públicas de superação dessa violência. Basta de, em pleno século XXI, as mulheres ainda serem silenciadas pelos seus companheiros, pelo poder público; em pleno século XXI, quando nós sabemos que, durante a crise, foram as redes de solidariedade das mulheres que seguraram muitas das nossas famílias das nossas comunidades, essas mulheres precisam, Ver.^a Daiana Santos e Ver.^a Lourdes Sprenger, que presidem a Procuradoria

da Mulher nesta Casa, ser protegidas com políticas públicas, políticas de estado e políticas da boa governança.

Então eu me manifesto aqui no sentido da urgente e necessária aprovação deste projeto de lei, especialmente nesta semana, neste mês, que é o mês da Consciência Negra, e nós sabemos que são as mulheres negras as maiores vítimas da violência, porque são diversas discriminações que estão interseccionados e recaem sobre as mulheres negras: discriminação de gênero, discriminação racial, a discriminação pela condição socioeconômica, de classe. Companheiros e companheiras, colegas vereadores e vereadoras, nós pedimos a aprovação deste projeto de lei. Muitíssimo obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 087/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, sejam muito bem-vindos aqueles que tomaram posse hoje nesta Casa, é uma alegria imensa recebê-los, ver a diversidade e a pluralidade do nosso povo representado aqui neste espaço. Subo nesta tribuna para fazer a defesa deste projeto, e peço a cada um de vocês que tenha muita atenção ao projeto que é da agenda Marielle Franco – a pedidos, então, vou retirar a máscara –, necessário, principalmente em tempos como estes. Nós evidenciamos o aumento da violência contra mulheres, nós evidenciamos de forma muito latente toda uma desestrutura das políticas públicas que impactam diretamente na condição de vida dessas mulheres, porém, sem dados, Ver.^a Divina, nós não conseguimos fazer absolutamente nada, sem dados não há política pública, sem dados não conseguimos fazer a mobilização necessária para que hajam ações efetivas. Este PL fala disso, fala justamente da oportunidade de qualificar, para que possamos ter, Ver. Pedro Ruas, de forma consistente, consolidada, onde não haja questionamento, os dados para pensarmos no recorte específico do gênero e também da raça/cor, pois as mulheres negras são aquelas que mais sofrem com isso. A Ver.^a Reginete Bispo, que me antecedeu aqui, falou muito bem: essa desestrutura impacta de forma muito, muito dura a vida das mulheres negras. Nós compreendemos essa necessidade e se sabemos que são necessárias políticas públicas específicas para, ainda acentuada pela desigualdade, a violência promovida pelo desemprego, por todo esse caos que vem sendo acentuado ainda neste período pós-pandêmico – porque ainda não finalizou, mas estamos tentando uma retomada econômica –, e para aqueles e aquelas, principalmente nas periferias, que sofrem há longa data – a senhora bem sabe disso, porque vem da Restinga e compreende essa realidade, sabe como as mulheres chefes de família têm enfrentado esse período –, nós sabemos que precisam ter esses dados evidenciados.

Então eu faço esse chamamento e peço que cada uma e cada um dos vereadores desta Casa avaliem de forma bem específica e com muito cuidado, muita cautela este que é um PL fundamental, mais uma vez ressalto, de uma agenda de

projetos que é a agenda Marielle Franco – não é, Ver. Matheus Gomes? – e que nós ficamos muito felizes em poder estar aqui debatendo nesta Casa. Fazer isso é trazer para centralidade do debate a importância de políticas públicas para as mulheres, fazer esse movimento da centralidade das políticas públicas para as mulheres sem dados não qualifica. De fato, é necessário que tenhamos essa sensibilidade, neste momento, e aqui falo enquanto procuradora adjunta da Procuradoria da Mulher desta Casa, e há pouco falava aqui com a Ver.^a Cláudia Araújo, que é a nossa procuradora da mulher na Casa, a importância de a gente fazer a defesa – não é, Ver.^a Cláudia? – olhando com respeito, responsabilidade e com a defesa necessária para as políticas públicas que falam do acesso, que falam da inserção das mulheres neste momento no mercado de trabalho, da redução da violência e do impacto que isso vai ter na qualidade de vida. Faço esta fala e trago como uma pauta central para esse debate, porque quando, Ver. Idenir Cecchim, a gente fala de mulheres, nós não estamos falando de ideologia, nós estamos falando da realidade da necessidade da defesa de algo que é muito caro a todos nós em nível de cidade e pensando nesse enfrentamento com políticas públicas. Assim finalizo, muitíssimo obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o PLL nº 087/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0378/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 146/21, de autoria das Ver.^{as} Bruna Rodrigues, Karen Santos, Laura Sito e Daiana Santos e do Ver. Matheus Gomes, que institui a Campanha Permanente de Conscientização e Enfrentamento do Assédio e da Violência Sexual contra Mulheres no Município de Porto Alegre. **(SEI 221.00043/2021-79)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CUTHAB e CEDECONDH**. Relator-Geral Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 17-11-21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLL nº 146/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação o PLL nº 146/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0696/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/21, que altera o *caput* do art. 15, do art. 16, o título do Capítulo VII, o *caput* do art. 36, os §§ 1º, 2º e 3º e o *caput* do art. 37, os §§ 1º e 2º e o *caput* do art. 50 e o *caput* do art. 53; inclui o § 2º, renumerando o parágrafo único para § 1º e alterando sua redação no art. 28, os inc. I a VI do art. 36; e revoga os arts. 38 a 42, o inc. VIII do art. 4 e o § 3º do art. 50, todos da Lei Complementar nº 881, de 20 de abril de 2020, que dispõe sobre as normas de finanças públicas no âmbito do município de Porto Alegre. **(SEI 118.00203/2021-11)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Felipe Camozzato: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, do Ver. Idenir Cecchim (líder da Bancada do MDB);
- com Emenda nº 02, do Ver. Pedro Ruas (líder da Oposição);
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 27-09-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLCE nº 014/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir.

Em votação a Mensagem Retificativa nº 01, ao PLCE nº 014/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 01 ao PLCE 014/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Sâmila Monteiro, a Emenda nº 02 ao PLCE nº 014/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 11 votos **SIM** e 23 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 02 ao PLCE nº 014/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLCE nº 014/21. (Pausa.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 23 votos **SIM** e 09 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLCE nº 014/21. Solicito chamada nominal para verificação de quórum qualificado. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em razão de haver diversos projetos de título de cidadão que necessitam de 24 votos, dois terços dos votos da Casa, para aprovação, de praxe, se faz a verificação de quórum antes para ver se há condições de votar os títulos. Passemos à chamada para verificação de quórum.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento nº 273/21. Após retornarmos à ordem normal.

Consultei o líder Cecchim, que é autor do projeto que nós teremos agora para votar, Presidente Mônica Leal, para votarmos antes o Requerimento nº 273/21, que não tem discussão e aparentemente é de unanimidade, e o Ver. Cecchim, líder do governo, concordou.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 273/21 – (Proc. nº 1156/21 – Vers. Pedro Ruas, Leonel Radde, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Jonas Reis, José Freitas, Mauro Zacher e Kaká

D'Ávila e Ver^a Daiana Santos) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à PEC 291/2021, que institui a Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul, no sentido de INCLUIR os servidores penitenciários da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), Técnicos Superiores Penitenciários (TSPs), Agentes Penitenciários Administrativos (APAs) e Monitores Penitenciários (MPEs) na condição de POLICIAIS PENAIIS”. (SEI 207.00051/2021-30)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 273/21. (Pausa.) O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 273/21, como coautor.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente, colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, vai entrar em votação, daqui a instantes, um projeto muito importante. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre foi a primeira Câmara do Estado a aprovar uma Moção de Solidariedade à regulamentação do plano de carreira dos servidores da Susepe, ou seja, a regulamentação da Polícia Penal. A Polícia Penal foi uma luta de quase 20 anos da categoria dos servidores penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul, uma categoria com quase 7 mil servidores, que administra mais de 150 casas prisionais, onde 42 mil seres humanos cumprem pena no Estado do Rio Grande do Sul. Esta Casa já aprovou uma Moção de Solidariedade, foi a primeira Casa do Estado a aprovar uma Moção de Solidariedade à regulamentação da Polícia Penal na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - a Polícia Penal, como um todo, engloba os servidores penitenciários do Rio Grande do Sul - e, quando nós aprovamos aqui a Moção de Apoio, nós aprovamos uma Moção de Apoio da aprovação sobre a regulamentação da Polícia Penal *lato sensu*, e, agora, nós temos uma nova Moção de Solidariedade, não pela regulamentação da Polícia Penal, mas, sim, pela inclusão dos técnicos penitenciários, dos agentes penitenciários administrativos, dos monitores, juntamente com os agentes penitenciários, na Polícia Penal do Rio Grande do Sul. A inclusão na Polícia Penal, no art. 144 da Constituição Federal, foi condição *sine qua non* para que nós possamos atenuar a grave crise no sistema penitenciário do Rio Grande do Sul, que se assola por muitos e muitos anos. Então, eu quero parabenizar aqui todos os vereadores que assinaram essa Moção de Solidariedade à inclusão, no sistema penal, dos monitores, dos técnicos penitenciários, dos agentes penitenciários administrativos e dos agentes penitenciários. Na Polícia Penal, nós não temos conflito de competência. A Brigada Militar continua com as suas atribuições, assim como a Polícia Civil e a Polícia Federal. A carreira da Polícia Penal é uma carreira muito similar à da Polícia Rodoviária Federal, pois quem comanda a Polícia Civil são os delegados de polícia, quem comanda a Brigada Militar são os oficiais da Brigada e quem comanda a Polícia Penal são os policiais penais, os agentes penitenciários, agora, com os técnicos penitenciários, com os agentes penitenciários administrativos e os monitores em extinção. Os agentes penitenciários administrativos, que são aproximadamente 400, fazem um trabalho muito importante, o próprio nome já diz, eles trabalham na parte administrativa da polícia penal, já os nossos técnicos, os advogados,

os assistente sociais trabalham principalmente com a questão do tratamento penal, e os nossos monitores em extinção, que são aproximadamente 50 e que já estão há muitos anos, também merecem estar no rol da Polícia Penal, junto com os agente penitenciários, que fazem, primordialmente, a função de segurança, mas que acabam fazendo também outras funções. Na prática, o agente penitenciário administrativo, o agente penitenciário, o técnico, o monitor em extinção, acabam fazendo todas as funções. Claro que nós temos as funções típicas e as funções atípicas, mas todos eles fazem parte dessa importante engrenagem do Sistema Penitenciário Gaúcho.

É por isso que, juntamente com outros vereadores, nós assinamos essa Moção e pedimos que os colegas vereadores sejam sensíveis para que a gente possa aprovar, por voto simbólico, por unanimidade, essa Moção de Solidariedade à inclusão, na Polícia Penal, não só dos agentes penitenciários, mas também dos monitores em extinção, dos técnicos penitenciários e dos agentes penitenciários administrativos. Porque não esqueçam: a Susepe, agora, é Polícia Penal.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento nº 273/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a contrariedade dos vereadores Sâmila Pereira Monteiro, Pablo Melo, Felipe Camozzato e Ramiro Rosário.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Solicito ao Diretor Legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta e cinco Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h20min: Há quórum.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0262/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/21, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Sérgio Mário Gabardo. (SEI 138.00010/2021-31)

Parecer:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 06-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 088/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 32 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 088/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0639/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 254/21, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que concede o título de Cidadã Porto-alegrense a Sra. Zeila Bedin. (SEI 215.00078/2021-14)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator-Geral Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 11-10-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 254/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 32 votos **SIM.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 254/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0720/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 295/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Mario Sergio Cortella. **(SEI 036.00046/2021-36)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 18-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 295/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 33 votos **SIM.**

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 295/21.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0640/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 255/21, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o Título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao senhor André Luis Haide Veiga. **(SEI 036.00034/2021-10)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 18-10-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 255/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sra. Presidente, 33 votos **SIM**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): APROVADO o PLL nº 255/21.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLL nº 322/21. Após retornarmos à ordem normal.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Gilson Padeiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADORA DIVINA DIVA DA RESTINGA (SD) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLCL nº 009/15 por duas sessões, já que o autor, Ver. Claudio Janta, não está presente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Divina Diva da Restinga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0785/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 322/21, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que altera o art. 1º da Lei nº 1044 de 28 de maio de 1953. **(Alteração de denominação de logradouro.) (SEI 165.00081/2021-15)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Karen Santos: pela aprovação do Projeto;
- da **CECE**. Relatora Ver^a Daiana Santos: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-10-21.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLL nº 322/21. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR GILSON PADEIRO (PSDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal; vereadores e vereadoras, o projeto trata da troca do nome de uma praça no bairro Belém Novo em homenagem ao Sr. Carlos Santa Helena que é um comerciante local que trabalhou 60 anos e veio a faltar. Estamos pedindo a substituição do nome dessa praça para Carlos Santa Helena. Atualmente a praça é denominada de Desembargador Vieira Pires, só que já existe duas ruas em Porto Alegre com o mesmo nome. Então achamos importante fazer essa troca e homenagear alguém que é do bairro. Muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Idenir Cecchim reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 322/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Ver. Gilson Padeiro, eu utilizo esta tribuna, poderia simplesmente votar não, mas eu faço questão de explicar. Eu e o Ver. Pedro Ruas travamos um longo e difícil debate há alguns anos, quando o Ver. Pedro Ruas entrou com a modificação da Av. Castelo Branco, que eu fui completamente contra. Aliás, eu lembro dessa tarde como se fosse hoje, porque eram 36 vereadores e somente cinco vereadores votaram contra – Ver. Guilherme Socias Villela, esta vereadora, Ver. Mário Manfro, Ver. João Carlos Nedel e o Ver. Reginaldo Pujol –

por uma razão muito simples, nós não podemos trocar nome de ruas, de logradouros, de praças, daquilo que tiver vontade. Primeiro, porque isso é uma confusão total para o Google *maps*, para os correios, sem contar um desrespeito à memória daquele que foi homenageado. Esta sua justificativa, com todo respeito, de um morador do bairro não me convence, porque, se este local recebeu o nome na época – eu solicitei à minha assessoria e me culpo por não ter visto este projeto com certa antecedência, nem a minha assessoria, senão já teria me aprofundado na matéria, para chegar aqui e dizer que nome teve esse senhor na história desta comunidade, que homenagearam? Eu não aceito nenhum tipo de troca, de modificação de logradouros, assim como, no passado, não aceitei a troca da Av. Castelo Branco. Vocês imaginem, então, agora, se eu sou judia, acordo de manhã e resolvo dizer que eu não quero a Rua Espírito Santo do lado da Catedral Metropolitana, porque eu moro na rua e sou judia. Não, não pode ser assim! Isso nós não podemos permitir. Sinto muito, mas eu voto contra – está entrando aqui o Ver. Pedro Ruas, que debateu comigo e sabe das minhas razões, levamos quatro anos nesta discussão, fomos para os tribunais de justiça. Eu, de forma técnica, provei que isso não pode ser permitido. Dei um pequeno exemplo de que uma pessoa que mora na Rua Espírito Santo, um nome católico, que é judia e resolve mudar. Então, de repente modificou o bairro inteiro, a vida das pessoas daquela rua; não, não aceito, voto contra, peço que esse tema sirva de reflexão para todos os vereadores presentes, porque se a moda pega, nós vamos mudar tudo na cidade. Eu não aceito!

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 322/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Idenir Cecchim, vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra pela TVCâmara, eu ouvi com atenção a explanação da minha amiga, querida vereadora, Mônica Leal - nós conseguimos ter uma bela amizade, de muitos anos, uma grande amizade, mas divergimos de forma completa, nesse tema, Ver. Gilson Padeiro, completa! E rapidamente, digo, em relação ao projeto de Vossa Excelência, é que acredito nas suas razões e no cumprimento dos requisitos legais; ponto! Cumpridos os requisitos legais e a sua fundamentação, não tenho por que ser contra o projeto, votarei a favor. Com relação ao que disse a Ver.^a Mônica, e eu conheço essa argumentação, respeito-a, mas divirjo, divirjo completamente! Vejam só, vereadoras e vereadores, o caso que a Ver.^a Mônica Leal falou: nós tínhamos e temos, na entrada da cidade, no início da *freeway*, a chamada Av. Castelo Branco, que homenageia um símbolo da ditadura militar, talvez um dos maiores símbolos, de uma pessoa que não tem relação com a cidade, e eu não vou entrar no mérito agora. Por outro lado, Ver. Terres, o que nós buscávamos ali, o que eu buscava, era homenagear o maior movimento cívico da história do Rio Grande do Sul, que foi o Movimento da Legalidade, em 1961, fez 60 anos agora! O Ver. Mauro Pinheiro que promulgou aquela legislação; nós vencemos no plenário, e vencemos

cumprindo os requisitos legais. Quando alguém disse: "Mas os moradores não autorizaram." Nós juntamos a certidão da Prefeitura e dos Correios, dizendo que não há moradores lá, não há moradores! Não há sequer moradores em situação de rua lá, não há! E não houve projeto para criar aquele nome, projeto de lei. Eu entendo que a cidade saiu perdendo em não termos a homenagem que ainda teremos naquele local, com uma avenida da legalidade e da democracia, mas eu respeito a posição e fundamentalmente respeito a vereadora, coerente, lutadora, e pensamos de forma bem diferente. E ela está sendo coerente em manter o seu voto contra, neste caso, mas eu entendo, Ver. Gilson Padeiro, que as suas razões e o cumprimento dos requisitos da lei – chamo muito a atenção para isso – são suficientes no meu entendimento; a própria vontade da comunidade, manifestada, expressa, para que tenhamos a modificação. No mundo inteiro, no mundo inteiro, há um caminho de desmonumentalização! Aquelas estátuas, ruas, logradouros, avenidas, prédios, que levavam o nome de ditadores, torturadores, assassinos, estão sendo modificados; em Madri, capital da Espanha, a Gran Vía era “Gran Vía generalíssimo Franco”, foi modificada; nos anos 30, quase não havia cidade na Alemanha que não tivesse uma rua chamada Adolf Hitler, que estava, inclusive, vivo! Não há nenhuma cidade na Alemanha com o nome de Hitler ou de qualquer nazista, nenhuma – todas foram modificadas. Esse é um movimento mundial! Hoje se vê que grandes defensores do racismo no mundo têm seus monumentos derrubados, tem os nomes das ruas modificados, porque estiveram no poder e, naquele poder, homenagearam as suas figuras, seus líderes. Nos Estados Unidos, muitos líderes da Ku Klux Klan era homenageados – não são mais, os nomes foram modificados. Então, Ver. Cecchim, é um caminho, é um caminho! A sociedade evolui; há outros procedimentos, e nós podemos ter as placas explicativas, os movimentos que expliquem a própria manutenção, e a própria colocação de uma explicação do porquê da mudança, mas não se privem, as vereadoras e os vereadores, da possibilidade da mudança, porque está prevista em Lei Orgânica e Regimento Interno. Então, nós temos essa possibilidade. E é disso que se ocupa agora o Ver. Gilson Padeiro. Eu não conheci a história, nem do nome anterior, nem do atual, pessoalmente, mas repito, pela quarta vez, Vossa Excelência cumpriu os requisitos da lei e apresenta justificativa razoável; ponto! A vontade da comunidade é que deve prevalecer. Então, contesto os argumentos da Ver.^a Mônica Leal, repito, também, de novo, respeitosamente, mas não concordo, divirjo completamente! Eu acho que nós temos, inclusive, obrigação histórica de promover algumas mudanças, tais quais ocorrerem no planeta inteiro ao longo dos últimos 30 anos. Votaremos a favor, Ver. Gilson Padeiro, obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 322/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Mônica Leal, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, queria, da tribuna, dar as boas-vindas às vereadoras e vereadores que assumiram hoje. A gente fica muito feliz com a presença de vocês aqui – temos até um vereador que veio lá da Zona Norte, o Terres; o Ricardo d’Oxum também é de lá – então temos vários vereadores da Zona Norte aqui.

Ver.^a Mônica, Vossa Excelência foi muito coerente no que falou aqui – isso tem que ser levado em conta, a coerência. Eu lembro, naquela ocasião, da luta que Vossa Excelência, o Ver. Nedel e mais algumas pessoas tiveram, e o Ver. Nedel, com aquela competência dele, no rito de se dar o nome da rua, ou mesmo de trocar, foram muito competentes nesta parte. Agora, eu queria pedir à senhora para entender a intenção do Ver. Gilson Padeiro. Ele fez o abaixo-assinado; eu fui lá, fui dar uma conferida, vereadora, o abaixo-assinado com os moradores. Isso é diferente de uma votação ideológica, que era naquela época, e de uma votação em que precise ser modificado todo o nome da rua no registro de imóveis, o que custa uma fortuna – isso não dá para votar, realmente, mas esse caso não tem nenhum CEP desta praça, nenhum endereço, vereadora, nada, não tem nada! A população pediu, através do abaixo-assinado, e os trâmites ocorreram normalmente. Eu também não tinha lido, vereadora – não foi só a senhora não, não se penitencie –, então eu quero lhe cumprimentar pela coerência, mas quero pedir para a senhora entender o vereador. Tenho certeza de que o vereador também não votaria na mudança de nome só pelo fato ideológico e muito menos mudaria uma rua que tivesse muitos endereços, o que custaria uma fortuna, Ver. Pedro Ruas, no registro de imóveis. Nós não estamos aqui para fazer isso. Estamos aqui tendo essa oportunidade, que o Ver. Gilson Padeiro viu, de homenagear essa pessoa que foi comerciante, e eu fui ver que esse comerciante foi muito querido, a família também é muito querida na região. Então eu acho que dá, sem criarmos muita polêmica, Presidente, para votarmos a favor desta mudança de nome, Ver. Gilson Padeiro.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 322/21.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Vereadora Mônica Leal, agora presidindo os trabalhos desta Casa, eu me inscrevi, e fundamentalmente não conheço o desembargador Vieira Pires nem tampouco o Sr. Carlos Santana, mas, diante do argumento da Ver.^a Mônica Leal que coloca em desacordo que se faça qualquer mudança de nome de logradouros públicos, eu quero aqui dizer que a cultura é dinâmica, e está profundamente vinculada à vida das comunidades, dos grupos populacionais, e nem sempre as casas legislativas estão em sintonia com a pluralidade das comunidades, dos grupos populacionais da nossa cidade, do Estado e do País. Eu trago isso, porque justamente nesta Semana da Consciência Negra vem esse debate que nós, do movimento social negro, parlamentares negros comprometidos com a democracia, a gente vem questionando sim nomes de logradouros e de monumentos que

simbolizam, por exemplo, escravocratas, pessoas que escravizaram durante décadas, que enriqueceram a partir do tráfico negreiro e que hoje ocupam nomes destacados até em monumentos.

Aqui no Rio Grande do Sul mesmo, quem não conhece a Traição de Porongos. Para nós é muito dolorido ver quem traiu o nosso povo que lutava por justiça e por liberdade, que lutava em troca da sua liberdade, hoje ocupando nome de praça pública, de rua. Isso aconteceu porque nós nunca estivemos representados nesses espaços.

A população negra, descendente dos negros escravizados neste País, nunca foi consultada se poderia ter uma estátua do Borba Gato lá ou se a gente poderia ter uma rua aqui com o nome do David Canabarro. Então, hoje, na medida em que a gente vai ocupando os espaços de poder e decisão, nós vamos questionar sim. As comunidades, a população, o povo tem o direito de questionar essas pessoas que estão ocupando, que têm o seu nome gravado em alguns espaços públicos e que não os representam; muitas vezes representam o que houve de pior na história do nosso País e da nossa cidade.

A população, os grupos populacionais, as comunidades têm que ter garantido o direito de poder mudar os nomes, porque os nomes não são eternos, eles fazem parte da cultura. Esses símbolos têm que falar, eles têm que dizer algo para a comunidade.

Então eu fiz essa intervenção aqui justamente no sentido de dizer que nós temos sim o direito de questionar e mudar. Eu, por exemplo, não gostaria de ver o nome de David Canabarro nas ruas e nas praças da nossa cidade. Gostaria de ver sim a Av. Castelo Branco ser chamada de Av. da Legalidade, porque nós sabemos quem foi massacrado durante a ditadura militar e durante todas as ditaduras, assim como nós sabemos quem está sendo massacrado hoje, quando vai se subtraindo todas as formas de participação do povo, especialmente o povo que não está representado nas casas legislativas e nos executivos. Obrigada, Presidenta Mônica. Não poderia deixar de fazer esse registro.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Gilson Padeiro está com a palavra.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente Mônica Leal, eu fiz o encaminhamento; no bairro Restinga, tinha uma rua lá chamada F, a gente, através desta Casa, acabou dando uma identidade para a rua, dando a ela o nome de Rua Maria Teresa Tellez Aranibar, uma boliviana que fazia um trabalho social lá na Restinga, junto com o Padre Ceron, que o pessoal conhece bastante. Era uma rua chamada F, e hoje tem um CEP.

Ali, também na Restinga, tinha uma rua chamada E, e a gente também encaminhou, tudo através de abaixo-assinado, de forma democrática, passou a se chamar Rua Elásio Branco Rocha, uma referência na região. Tem uma outra rua,

também no bairro Restinga, que foi a primeira técnica de enfermagem vítima da Covid-19, e a gente denominou, através de abaixo-assinado, e hoje é a Rua Dirleia Severo Pereira. A praça do Tio Carlinhos, do Carlos Santa Helena, fizemos um abaixo-assinado com 150 assinaturas, porque o bairro, de forma democrática, chegou a decisão de mudar o nome da rua, porque quando botaram o nome de praça Desembargador Vieira Pires, não foi de forma democrática, apareceram ali e colocaram. Isso há tanto tempo que aquela comunidade ali não tomou ciência. Ninguém conheceu o desembargador, na região, e nem tem parentes na região também.

Então, Presidente, eu vou expor aqui perante a atual denominação da Praça Desembargador Vieira Pires e, de acordo com os relatos dos moradores do bairro Belém Novo, onde está situada a mesma, está contemplada com o nome de uma personalidade não reconhecida pela região, não vinculada aos moradores do bairro.

Como requerente, para análise dos pares desta Casa Legislativa, venho buscar a alteração da Lei Complementar nº 1.044, de 28 de maio de 1953 – isso faz 68 anos – a fim de homenagear um cidadão, morador do bairro Belém Novo, que faleceu no ano de 2020, e que por mais de 70 anos contribuiu com sua história junto ao bairro. Além de morador, esse cidadão foi comerciante por mais de 50 anos na Av. Heitor Viêira, próximo à praça, a principal avenida e uma das mais movimentadas do bairro.

O Tio Carlinhos, o Sr. Carlos Santa Helena, é uma pessoa muito querida no bairro. Deixou uma família maravilhosa, e era um sonho deles poderem não só passar ali e olhar aquela praça com o nome do pai e do avô, mas sim poder cuidar daquele espaço.

É isso que eu encaminho. Eu conversei com a minha bancada, que também é a favor da alteração da lei. Muito obrigado. Conto com o apoio de todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma questão de ordem.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É sobre uma questão histórica importante. Naquele momento que foi referido por V. Exa. na tribuna, quando nós aprovamos aqui a troca do nome da Av. Castelo Branco para Av. da Legalidade, quando aprovamos na Casa, o prefeito de então, Sr. José Fortunati, sumiu, não sancionou. O, então, vice-prefeito Sebastião Melo sumiu, também não sancionou. O Presidente em exercício da Casa, à época, Ver. Mauro Pinheiro, foi quem promulgou a lei. Eu queria fazer esse resgate histórico para fazer justiça à sua excelência. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Eu gostaria de aproveitar este momento, Ver. Pedro Ruas, para dizer que, se a moda pega, nós teremos insegurança jurídica na cidade de Porto Alegre. O senhor é advogado e sabe disso, se tudo for trocado. Obrigada.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Gostaria de fazer uma observação na linha de Vossa Excelência. Na semana passada, uma pessoa ligou dizendo que tinha uma rua com o nome de Gregório Lemos, e não Gregório Lemes, da história Farroupilha. Até hoje ela está como Gregório Lemos, e isso afeta muito forte a comunidade, em todos os aspectos. Então, a gente não pode ser radical, tudo tem exceção na vida, mas não podemos abrir um precedente de mudar o nome de ruas, a toda hora, porque o fulano morreu, porque outro morreu recentemente... Temos que ter muito cuidado, senão vira uma praxe que não é salutar para a cidade, ou seja, isso influencia, em todos aspectos, cartório, correio... dá uma perturbação na própria região. Exceção existe, mas tem que ter muito cuidado.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente, não é nome de rua, é nome de uma praça.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Logradouro, vereador; é igual. Na época, essa pessoa homenageada fazia sentido para a comunidade, o político da época tinha seus motivos.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Eu divirjo, respeitosamente, do Ver. Cassiá nesse sentido e também de V. Exa., porque, se não é permitido, não constaria da Lei Orgânica nem do Regimento Interno. Há uma permissão, cumpridos os requisitos legais. Só esse registro. Muito obrigado.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Presidente, já existe uma rua, em Porto Alegre, no bairro Rio Branco, chamada Travessa Desembargador Vieira Pires. Para que duas homenagens à mesma pessoa?

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Feito o registro. Também gostaria de fazer um registro bem importante. A Av. Pedro Américo Leal não tem moradores; tem baias de cavalos. Imaginem se, quando forem morar lá, resolverem trocar o nome da Av. Pedro Américo Leal, que o ex-Ver. João Carlos Nedel concedeu.

Em votação nominal o PLL n° 322/21. (Pausa.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 27 votos **SIM**, 03 votos **NÃO** e 03 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): **APROVADO** o PLL n° 322/21.

Vereadora Mônica Leal (PP): Faço declaração de voto: Votei "não" pela insegurança jurídica que esse tema traz à cidade de Porto Alegre, à Câmara de Vereadores da capital do Rio Grande do Sul.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Eu também faço pesquisa da história, preservar nomes. É muito desgastante derrubar projetos na Câmara quando se está ausente, já aconteceu comigo. A mesma coisa é para a troca de nomes, na qual sempre votarei contra. Obrigada.

Vereador Gilson Padeiro (PSDB): Quero agradecer o debate e o fortalecimento da democracia.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Votei a favor, na consciência de que cabe aos vereadores e vereadoras esse tipo de medida desde que cumpridos os requisitos legais, inclusive a vontade da comunidade. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Feitos os registros. Tendo em vista que, logo mais, teremos a Sessão Solene em homenagem à Semana da Consciência Negra, declaro encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h26min)

* * * * *